**OS DADOS CONTINUAM SENDO JOGADOS NO**

**JOGO DOS PODRES PODERES**



*“A utopia está lá no horizonte.*

*Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.*

*Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.*

*Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.*

*Para que serve a utopia?*

*Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar...*

*A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.”*

***Eduardo Galeano***

Na avaliação que fizemos intitulada “LRP e o Jogo do Poder: O que está por trás dos acontecimentos?”, de março/2016, bem antes do processo de impeachment ser instalado, dizíamos que estávamos vivendo um momento muito delicado em nosso país, que tem relação com a disputa do poder político, econômico e ideológico no mundo, hegemonizado pelo Banco Mundial e seu seleto sistema financeiro. Tais momentos se multiplicaram e seguiram seu curso. Diante dos mesmos apontávamos o “Fora Todos os Corruptos e Corruptores!” e “Eleições Gerais!”, considerando inclusive a desmoralização do Governo Dilma e sua perda de popularidade, impulsionada pelas denúncias de corrupção generalizada através da Operação Lava-Jato.

Dilma não ouviu a voz das ruas e aprofundou os ataques aos direitos. Avaliou que as barganhas de cargos distribuídos em nome da governabilidade garantiriam a continuidade de seu governo. Não acreditou que o processo de impeachment pudesse ser instalado por uma Câmara e um Senado, igualmente desmoralizados, e, muito menos conduzido por Eduardo Cunha, citado na referida operação, dentre muitos outros parlamentares.

As diversas manifestações que se seguiram às dos dias 13 e 18 de março/2016 expressaram essa disputa dos podres poderes, encobertos pela corrupção, que é a da essência do sistema capitalista e não começou nos governos Lula/Dilma. Mas, deu sustentação à sua política e ao longo da história contribuiu de forma significativa nesse processo de corrupção generalizada e no aumento da dívida pública, a maior corrupção que existe e que precisa ser investigada.

**Tudo pela Governabilidade!**

Para entendermos o desfecho desse processo conduzido pelos representantes do sistema financeiro, parte do Governo Dilma e grandes meios de comunicação, faz-se necessário recuperarmos alguns elementos que caracterizam os 13 anos do Governo do PT em coalizão com a direita. A Carta aos Brasileiros deixou evidente que o Governo Lula iria respeitar todos os contratos firmados com os banqueiros e seus organismos internacionais: pagamento religioso dos juros da dívida pública, obediência servil à Lei de Responsabilidade Fiscal, total garantia para os investimentos estrangeiros no Brasil, continuidade das privatizações. Em suma, aprofundaria a política de FHC. Prova maior disso foi sua primeira medida de ataque aos servidores públicos: deu continuidade à reforma da previdência de FHC, traindo as bandeiras defendidas pelo PT antes de chegar ao dito poder. Para mostrar serviço e dar ainda mais garantia aos partidos aliados e ao sistema financeiro internacional, Lula coloca Henrique Meireles para comandar o país, a partir do Banco Central, o qual, nos 13 anos de governo do PT continuou gozando de total autonomia.

O simbolismo da figura de um trabalhador/sindicalista como Lula assumindo a presidência precisava ser mantido e era útil às elites nacionais e internacionais. O jornal Estadão chegou a declarar: “ruim com ele, pior sem!” E Bush o chamou de “o cara!” Ele mescla seu governo com políticas compensatórias e de certo modo, deixa o povo acomodado e adormecido, coopta os principais movimentos sindicais e populares para apoiar seu governo, como a CUT e o MST. Afirmava que nunca o povo havia tido tanto acesso aos bens de consumo, ativando dessa forma, também, o mercado interno. Declarou várias vezes que os banqueiros nunca lucraram tanto num governo, como no seu! E assim, termina seu segundo mandato com cerca de 70% de aprovação e coloca Dilma em seu lugar para dar continuidade à sua política de favorecimento do grande capital e manter o PT em 2018.

Mostrando porque foi escolhida e que não tinha compromisso com os movimentos sociais que a defenderam durante a campanha eleitoral, Dilma emplaca Kátia Abreu, conhecida como senadora motosserra, no Ministério da Agricultura. E na mesma linha do seu antecessor, para mostrar serviço para os banqueiros, os nomes indicados para ficarem à frente da equipe econômica são Henrique Meireles, Armínio Fraga e Joaquim Levi. Esse último, ovacionado pelos banqueiros e grandes meios de comunicação assume. Destaca-se que o vice-presidente eleito na chapa da presidenta Dilma, era o presidente nacional do PMDB, Michel Temer.

Portanto, com as cartas escolhidas para seu jogo político na lógica de manter a governabilidade, Dilma vai se destacar como a presidenta que fez menos fez em relação à reforma agrária e à demarcação de terras indígenas. Manteve o Programa Bolsa Família, mas nos mesmos patamares e do mesmo modo, um programa que investiu pouquíssimos recursos considerando o que se paga dos juros da dívida pública (Bolsa Banqueiro), mas manteve a população mais desassistida fiel a sua figura presidencial.

O PT governou durante 13 anos e não encaminhou a reforma agrária prometida, nem a reforma política, muito menos a demarcação das terras indígenas. Assistiu ao aumento dos graves conflitos entre os ruralistas e os povos indígenas, muitos desses com assassinato de lideranças indígenas; manteve o processo de privatização da saúde e a mercantilização da educação oculta sob o slogan “Pátria Educadora”; desviou verbas públicas para as empresas privadas nos programas PROUNI, FIES, manteve vergonhoso índice de investimento na educação pública.

E como se não bastasse, a presidenta deu de presente para as elites um instrumento para penalizar ainda mais os lutadores e lutadoras sociais: sancionou a lei antiterrorismo (PL 2016/2015), sinalizando para os movimentos sociais que não iria permitir grandes manifestações que pudessem ameaçar a tranquilidade das elites. Dessa forma compactuou com a criminalização das lutas sociais, na medida em que tal lei está a serviço de coibir e reprimir as manifestações do povo, em especial nos grandes eventos como nas olímpiadas, nas manifestações durante a copa do mundo, contribuindo, também, com a faxina étnica promovida com as ações de remoção da população pobre e majoritariamente negra das áreas no entorno dos eventos da copa.

Para vencer as eleições, Dilma teve que atacar o seu principal adversário! Dizia, dentre outras coisas, que ele iria cortar os direitos dos trabalhadores, entregar o país. Na prática, o apontava, como o candidato que, se eleito, aprofundaria as políticas e medidas que de certo modo ela já vinha adotando. Vence as eleições e, no central, aprofunda e encaminha ao congresso nacional as suas políticas, as mesmas do candidato derrotado. Após ser ameaçado pela equipe econômica, juntamente com o Bolsa Família manteve o Programa Minha Casa, Minha Dívida; acelerou o programa de privatização, encaminhando o leilão de Libras, negociando o Pré-Sal a preços módicos. Vetou a Auditoria da Dívida e acelerou a política de ajuste fiscal, retirando da boca dos mais necessitados, as migalhas que lhes serviam de sustento.

Voltando à disputa do processo eleitoral que colocaria Dilma no poder, Plínio de Arruda Sampaio havia declarado que ela era como uma sombra de Lula e, assim, seria um desastre se eleita.

A manutenção de Cunha na Presidência da Câmara e a indicação de seus correligionários na comissão que encaminhou o processo de impeachment comprovou que o parlamento perdeu de vez sua credibilidade, mesmo contando com uma minoria que tentou garantir o procedimento democrático e ético.

O PT se deixou cooptar por essa elite política, em especial Lula/Dilma, os quais em nome da governabilidade se aliaram ao que há de pior na política brasileira e deram continuidade às políticas neoliberais de FHC. O PT traiu o programa originário e parcela significativa do povo que o elegeu e o resultado não podia ser outro.

As condições para a retomada explícita do poder autoritário e concentrado estavam postas: aumento das injustiças sociais, do desemprego em larga escala, da inflação, da falta de acesso aos serviços básicos como saúde, educação, moradia, saneamento básico, aumento da criminalidade deixando a população completamente refém, nos trazem de volta marchas nas ruas, como as puxadas pela Tradição Família e Propriedade (TFP) nos anos 60, alimentadas pela Rede Globo, provocando um nacionalismo doentio, fora de controle, onde tudo que não é verde e amarelo não presta e se for vermelho é passível de sofrer violência.

**Crise Política e Sistema da Dívida**

Por trás de toda essa crise política o que está efetivamente em jogo são os interesses dos banqueiros e instituições do Sistema Financeiro Mundial, representados pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Agências de Risco, dentre outros e pelos grandes meios de comunicação. E para tanto, se aproveitam da Operação Lava Jato, não com o objetivo de fortalecê-la, mas de manipular seus resultados, direcioná-la e impedir que ela aconteça plenamente, mandando para a cadeia não só empreiteiros, mas líderes de todos os partidos, tanto os do Governo Dilma/Temer, quanto os do Governo Temer/Renan/Aécio envolvidos com a corrupção na Petrobrás e em outros órgãos, não só neste governo, mas nos seus antecessores. Aliás, se a Lava Jato cumprir seus objetivos e não for congelada não tenhamos dúvidas de que chegará ao Sistema da Dívida Pública.

Assim como a Ditadura Militar ocorreu em vários países do nosso continente, fazendo estourar a dívida pública, como a dívida brasileira atual, o que está acontecendo no Brasil, não ocorre só em nosso país. Países que buscam construir seus próprios caminhos, assim como países cujos governos mantiveram e intensificaram as políticas neoliberais e não ousaram romper com o Sistema da Dívida, como é o caso do Brasil, tem sido vítimas de ataques permanentes e cada vez mais virulentos por parte da imprensa burguesa e das elites nacionais e internacionais. É que diante da crise já não conseguem atender aos seus interesses no mesmo ritmo, colocando em risco a manutenção do valor das altíssimas taxas de lucro, e o pagamento de juros sobre juros de uma dívida pública ilegal, ilegítima, imoral, odiosa, que já foi paga inúmeras vezes e asfixia cada vez mais os países, estados e municípios.

Os ajustes fiscais, cortes no orçamento são para isso: pagamento de juros e “amortizações” de uma dívida que consome quase metade de tudo que o Brasil arrecada todo ano e que o povo não tem o direito sequer de saber quem são os credores, porque estes estão protegidos pelo sigilo bancário.

Exemplos não nos faltam! Citamos a Argentina, onde o candidato da ex-presidenta foi derrotado por um candidato da Oposição de Direita e tão logo assumiu, o presidente Macri propôs pagar a fundos abutres 400% a mais do que valor negociado com os governos anteriores. Tais fundos financeiros atuam como ave de rapina, comprando dívidas de países quebrados a preços muito baixos e em seguida fazem de tudo para impedir qualquer forma de redução do valor destas dívidas e recorrem à Justiça para serem reembolsados pelo valor total dos mesmos e assim, obterem lucros exorbitantes.  Outro exemplo foi o que aconteceu na Grécia por conta do pagamento dos juros da dívida pública naquele país: congelamento de salários, desemprego em massa deixando cerca de 70% dos jovens desempregados e sem qualquer perspectiva, aposentadorias e fundos previdenciários quebrados, desagregação social aumentando o índice de suicídio.

O esquema financeiro localizado em Luxemburgo não perdoa o povo, pois criado por imposição do FMI abocanhou cerca de 440 bilhões de euros e quase dobrou no ano seguinte.

A mesma receita está sendo aplicada no Brasil com a criação de empresas (sociedades anônimas estatais não dependentes), que emite debentures, papéis financeiros avalizados pelo estado brasileiro, que assume as dívidas. Os lucros beneficiam tais empresas, conforme denunciado pela Auditoria Cidadã da Dívida.

O que está na pauta em Brasília para votação, além do maldito PL 257, dentre outros, é o PL 204, de autoria de José Serra que vai legalizar tais operações ilegítimas, sem qualquer contrapartida dessas empresas, muitas estrangeiras, aprofundando a financeirização da economia, mesmo procedimento que quebrou a Grécia. É o esquema vergonhoso de transferência de recursos públicos para o setor privado, através dos títulos da dívida ativa. Esse projeto é casado com a PEC 241, que congela salários e investimentos sociais por 20 anos e reserva verbas públicas para investir nessas empresas e garantir essas debentures/papéis ilegais.

O Acordo de Renegociação da Dívida dos Estados e Municípios, fechado no governo Dilma, que não resolve o problema do endividamento público e ataca os direitos, políticas e serviços públicos, penalizando ainda mais a população, faz parte desse megaesquema de sangria dos recursos públicos.

O Rio de Janeiro é um dos estados que tem servido de balão de ensaio, com congelamento e/ou parcelamento de salários, com projeto de lei que propõe não só o aumento da contribuição previdenciária, mas, também, o aumento da idade para aposentadoria, com ameaça de demissão de servidores estatutários, com proposta de quebra da estabilidade e substituição por firmas terceirizadas, dentre outras medidas de destruição do patrimônio público e da vida.

Ao contrário do que se possa imaginar pelos discursos, a política recessiva de Dilma/Temer produziu o que foi determinado pelo sistema financeiro: arrocho salarial, desemprego, retorno da inflação, recorde das exportações em relação às importações, para alegria dos economistas ortodoxos de plantão.

**Tempos difíceis!**

Resguardadas as diferenças, vivemos tempos muito difíceis, que nos fazem lembrar a  ditadura militar: criminalização crescente dos movimentos sociais que expressam seu descontentamento com a política de ajuste fiscal manifesta no arrocho salarial; aumento do desemprego, terceirização/precarização, desmonte do serviço público; continuidade das contrarreformas da previdência e trabalhista; aumento e ampliação dos abusivos impostos, prorrogação e aumento de 20 para 30% da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e criação da DREM (Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios), ameaça permanente do retorno da CPMF; negação do direito dos povos indígenas às suas terras (a não demarcação representa exatamente essa negação); aumento da violência em todos os aspectos a exemplo dos índices de assassinatos das mulheres, da juventude negra, dos indígenas, dos LGBTTs; da intolerância religiosa, do ódio até mesmo às cores, em especial à vermelha; utilização de escutas telefônicas e a aprovação da lei antiterrorismo; descaracterização ainda maior do papel do judiciário que age abertamente segundo interesses políticos como tem sido visto nos vazamentos seletivos de informações sobre Lula e Dilma e na não apuração dos fatos ou na morosidade nos processos relativos a todos os envolvidos, que não tem sido apurados e divulgados com a mesma intensidade, firmeza e celeridade.

Essas e outras ações em curso comprovam que o tão propalado estado democrático de direito inexiste para o povo e na verdade é o estado a serviço dos interesses das elites.

É preciso repudiar o avanço do conservadorismo e as tentativas de impedir que a apuração da Lava Jato siga seu curso. O impeachment de Dilma e sua substituição por Michel Temer comprovam que a política de ataques aos direitos será intensificada e que ela só foi substituída porque já não tinha apoio popular suficiente para implementar os ataques com a intensidade e celeridade exigidas pelos representantes do sistema financeiro.

**Que Fazer? Por onde é a saída?**

Urge ações massivas que de fato coloquem no centro da luta a defesa dos direitos do conjunto do povo e não a defesa do PT, do volta Dilma ou Lula 2018.

O discurso de Lula no dia 18 de março, no qual reafirmou que os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como durante seu governo, acompanhado pelo refrão de suas campanhas eleitorais, só reforçaram a nossa convicção de que não devemos, em nome do estado democrático de direito ou contra o golpe, participar de atos que permitam reacender a ilusão de que é preciso recuperar a falsa “estrela da esperança” e seu líder.

As diversas representações do campo de esquerda não tem conseguido conformar uma real alternativa para se apresentar diante do quadro colocado, pois prevalece a disputa em torno da autoconstrução de correntes e partidos em detrimento do projeto estratégico de esquerda.

Vivemos uma conjuntura complexa e desafiadora! Precisamos com urgência definir os pontos que nos unem e levar o debate para a população. Apresentamos algumas bandeiras que podem nos unificar: Defesa dos Empregos e da Previdência Social, dos Direitos Trabalhistas e Serviços Públicos (Não às Contrarreformas da Previdência e Trabalhista); Não aos Projetos de Lei, Propostas de Emendas Constitucionais e Medidas Provisórias 257, 241, 204, dentre outras; Eleições Gerais e Auditoria Oficial da Dívida Pública, Já.

Quanto à luta por novas eleições gerais, mesmo sem a conformação de uma real alternativa do campo de esquerda, teria sido educativo esse debate na sociedade. É preciso lembrar que nós, da LRP, assim como outras correntes do PSOL e da esquerda socialista, defendemos novas eleições gerais muito antes da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

Além de afirmar nossa postura de oposição ao governo de coalizão PT-PMDB, a realização de novas eleições faria a discussão ir além do pântano elitista do parlamento, marcado por corporativismo e corrupção, fazendo com que o debate sobre um novo governo e seu programa fosse obrigatoriamente proposto a toda a população, deixando evidente que também não concordávamos com o processo de impeachment puxado por Cunha.

No entanto, forças governistas, bem como setores da esquerda socialista que abraçaram apenas a luta contra o impeachment, além de terem sido contra o “Fora Todos” e “Eleições Gerais, Já”, procuraram ridicularizar as duas proposições.

Somente após o afastamento da presidenta e agora, depois da derrota final no Senado, várias dessas correntes passaram a abraçar a reivindicação de novas eleições gerais. Essa postura fez com que a esquerda perdesse o melhor momento para trabalhar o “Fora Todos e a convocação das Eleições Gerais”, exigindo mudança no sistema político e na política econômica.

Mas, a consigna deve ser mantida como instrumento de mobilização, agregando-se o “Fora Temer”, mas chamando atenção também para o caráter regressivo da política econômica adotada já nos governos Lula e Dilma.

Não podemos deixar de citar as cartadas jogadas pelo corrupto Eduardo Cunha para se manter no poder, mesmo enfrentando diversos processos, inclusive, no Superior Tribunal Federal e na Operação Lava Jato. As manobras de Cunha e aliados protelou de forma absurda o seu julgamento no Conselho de Ética, a ponto do primeiro relator ter sido afastado e mencionado que havia sido ameaçado por Cunha.

Mas, graças à luta do povo pelo “Fora Cunha!” finalmente o mesmo foi cassado, com 450 votos pela cassação, 10 votos a favor, inclusive, do deputado Paulo Pereira, da Força Sindical, 09 abstenções e 42 ausências.

As mobilizações pelo “Fora Cunha” e pelo “Fora Temer” já obtiveram uma primeira vitória, a cassação e a vaia na abertura das paraolimpíadas, respectivamente. É preciso intensificar o Fora Temer em todo o país. O que não é mais possível é ficarmos nos marcos da crítica sem propostas e ações concretas unificadas! Divididos em torno de um mesmo projeto: o implementado pelos Governos Lula/Dilma e Temer/Renan/Aécio.

É preciso mostrar à população o que está em jogo, onde estão os problemas. Devemos sair da defensiva e começar a atacar, porque até agora a esquerda só tem sido atacada e confundida propositalmente com o Governo Dilma e com o PT.

Precisamos dizer que a experiência do PT foi limitada, pois proporcionou melhoria nas condições de vida e acesso ao consumo dos mais pobres via políticas compensatórias, empregos de baixa renda e não através do fortalecimento dos serviços públicos e políticas sociais necessárias ao enfrentamento da enorme e histórica desigualdade social, propiciando de fato condições de cidadania plena ao povo.

Apesar da propaganda governamental, houve poucos avanços na educação, saúde, reforma agrária e reforma urbana como políticas públicas essenciais, ao passo em que se intensificou a lógica privatista, via endividamento público, parcerias público-privadas, desonerações, isenções, sonegações, como forma de transferência do dinheiro público para o setor privado e a aceitação e fortalecimento de ideias neoliberais como a da “maior eficiência do setor privado”.

Por fim, com a manutenção da política de conciliação de classes, em que a classe dominante aceitava alguma melhoria das condições de vida dos mais pobres sem abrir mão de seus altos rendimentos, o PT transformou-se num fracasso histórico, uma vez que se tornou impraticável manter as taxas de retorno do capital, as políticas compensatórias, os ataques aos direitos e conquistas da classe trabalhadora e a governabilidade, em meio à profunda crise do capitalismo.

Reafirmamos, por outro lado, que a história não morreu e o socialismo é viável. Precisamos sair da defensiva e avançar na luta. É preciso colocar na pauta o fim do monopólio dos meios de comunicação, a taxação das grandes fortunas, barrar os projetos de lei que retiram direitos, romper com o Sistema da Dívida, com a dependência nacional e a inserção subordinada do Brasil ao capitalismo mundial e garantir a realização da auditoria da dívida com participação popular.

Há que se registrar a posse da juíza Carmem Lúcia como presidente do STF quando quebrou corretamente o protocolo e fez saudação ao povo, em especial ao cidadão insatisfeito com o judiciário, como detentor do mais alto cargo no país. E se o crime não sairá vencedor neste país, é preciso acreditar na luta por direitos da classe trabalhadora e por justiça, mantendo todas as mobilizações para derrubar todos os projetos que retiram direitos conquistados com muitas lutas.

Está em curso a mobilização para uma greve geral e queremos acreditar que será possível realiza-la. Vamos fortalecer todas as iniciativas nesse sentido, em especial o dia 29 de setembro, dia nacional de paralisação rumo à Greve Geral, convocado pelos sindicatos de metalúrgicos do país.

Devemos contribuir para que a consciência política do povo seja canalizada para a luta de classe e para a compreensão de que a bandeira do socialismo e a luta anticapitalista representam a alternativa real de emancipação do povo.

“A vitória nossa ou a derrota de qualquer nação do mundo, é a derrota de todos.” ***Che Guevara***

15 de setembro de 2016

**Liberdade e Revolução Popular - LRP**